

# MULHERES

BOLETIM DA SECRETARIA NACIONAL DE MULHERES - Nº 2 - SETEMBRO 1993



AGORA  
EU SOU  
UMA  
ESTRELA

## EDITORIAL

Este é o segundo número de nosso boletim. Esperamos que você já tenha recebido o primeiro, com o relatório do Encontro Nacional. Junto com as participantes do Encontro, dos diferentes Estados, e com as entidades que aí estiveram presentes, temos buscado desenvolver campanhas e ações que ampliem o espaço das mulheres na sociedade: tanto na atuação institucional quanto nos movimentos sociais.

Estamos planejando mais dois seminários com caráter nacional, para os meses de setembro e novembro. O primeiro será realizado em São Paulo e deverá contar com convidadas, mulheres do movimento de mulheres, feministas e intelectuais para discutir as propostas das mulheres para as eleições de 1994 (veja a matéria ao lado). O segundo seminário será divulgado em nosso próximo boletim. Nosso objetivo é ampliar os espaços de discussão das políticas públicas não apenas visando as eleições mas também os governos municipais e a atuação parlamentar.

Também em setembro, no dia 28, será o dia Latino-americano pelo Direito ao Aborto. O cartaz será encaminhado a todas as entidades.

## As Mulheres e as Eleições 94

### POLÍTICA DE GÊNERO NO GOVERNO DEMOCRÁTICO E POPULAR

O ano de 1994 será um ano decisivo na política nacional. Haverá eleições gerais no país - para presidente da república, governador e deputados estaduais e federais. Nós mulheres precisamos abrir o espaço de discussão das reivindicações das mulheres frente ao governo federal. A Secretaria Nacional de Mulheres estará promovendo, neste mês de setembro, um Seminário Nacional com o objetivo de discutir *A Política de Gênero em um Governo Democrático e Popular*. O seminário será no dia 17 de setembro em local a ser confirmado. O Seminário será organizado em forma de painéis, debatendo os temas de interesse das mulheres, e com o objetivo de nos auxiliar na elaboração de propostas políticas das mulheres. Nosso objetivo é desenvolver um trabalho não apenas em relação às propostas para as eleições de 94 mas também uma avaliação das políticas públicas em

relação às mulheres: nas administrações municipais e na atuação parlamentar. O Seminário de setembro terá a seguinte programação:

**Mesa 1 - O Estado e as Políticas de Gênero** - com Paul Singer (pesquisador e professor da Faculdade de Economia e Administração-USP) e Aldaíza Sposati (vereadora)

**Mesa 2 - Efeitos da crise Econômica sobre as Mulheres: construindo respostas** - Com Laís Abramo (socióloga, pesquisadora do FLACSO-Chile); Suzanna (técnica do Dieese); e Carlos Eduardo de Carvalho (assessor do Sindicato dos Bancários)

**Mesa 3 - Política de Saúde** - Com Fernanda Carneiro (da Fundação Oswaldo Cruz -RJ); Regina (Médica da Faculdade de Saúde Pública da USP); Maria José (do Coletivo Feminista de Sexualidade e Saúde).

**Mesa 4 - Política Educacional Não-discriminatória** - Maria Cândida (historiadora); Rosalina Santa Cruz (professora da PUC);

O seminário é aberto a todas as interessadas. Maiores informações e as inscrições deverão ser feitas pelo telefone, com a Secretaria de Mulheres até o dia 16 de setembro.



## Autonomia das mulheres e política populacional

No nosso Encontro Nacional, um dos grupos de discussão abordou o tema população. A relação entre população, desenvolvimento e degradação ambiental foi um dos principais debates da Eco-92. Os países do norte, sem questionar seus padrões de produção e consumo, apontavam o controle do crescimento populacional nos países pobres como forma de diminuir a pressão sobre os recursos naturais. Este tema voltará a tona na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento a acontecer no Cairo, em 1994.

As macro definições em políticas de população terminam por atingir as mulheres. Ao invés de promover o desenvolvimento e o acesso das mulheres à educação, melhores con-

dições de vida e possibilidade de escolhas na contracepção, estas políticas têm priorizado a distribuição desinformada de contraceptivos e o incentivo à esterilização.

Desde os anos 60 o governo brasileiro, atrás de um discurso que negava a intervenção externa, permitiu a ação em todo o território nacional de agências internacionais de controle populacional. Em 20 anos a fertilidade média das mulheres brasileiras caiu em 50%.

O Movimento de Mulheres vem participando deste debate, fugindo à polarização entre controlistas e pró-natalistas, defendendo o direito à escolha reprodutiva e a qualidade do atendimento à saúde da mulher.

As mulheres brasileiras em carta dirigida à Conferência Mundial de

Direitos Humanos solicitam de nosso governo reconhecer o aborto como tema de saúde pública, assegurando a interrupção da gravidez não desejada em condições seguras; prevenção da morbi-mortalidade materna; criminalização dos exames obrigatórios de gravidez e provas de esterilização para admissão em empregos; proibir o uso do corpo das mulheres como instrumento de controle demográfico e monitorar a utilização de novas tecnologias reprodutivas, com a participação do Movimento de Mulheres.

Esta Agenda será retomada no Encontro Nacional **Mulher e População, Nossos Direitos para Cairo 94** que vai acontecer em 28/09 no Auditório Nereu Ramos do Congresso Nacional em Brasília.

## ATUAÇÃO PARLAMENTAR

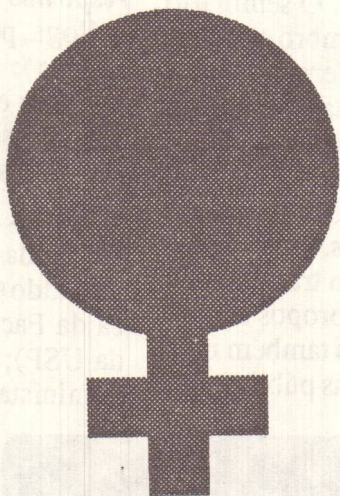
**Atenção!** Neste ano está prevista a alteração do Código Penal. É preciso que a gente se organize para garantir que a alteração do código acabe com todos os artigos que reforçam a discriminação. São as questões relacionadas ao problema do adultério, do julgamento do comportamento da mulher, a ausência de caracterização do estupro como crime contra a pessoa, a criminalização do aborto etc. É preciso trabalharmos juntos com os parlamentares, homens e mulheres, progressistas para garantirmos nossos direitos.

Nos municípios a atuação dos vereadores é essencial para detalhar as leis nacionais e garantir sua aplicação real. Basta ver que em vários municípios já conseguimos aprovar lei municipal que pune os estabelecimentos que cometem discriminações na contratação de mulheres. Embora a Constituição Federal seja clara ao considerar crime todas as formas de discriminação, este direito não é garantido se

não houver punição para quem discrimina. Assim, é extremamente importante que nossos vereadores e vereadoras apresentem projetos de

lei neste sentido. E é fundamental articular com vereadores de outros partidos para garantir sua aprovação. No Encontro Nacional do Rio de Janeiro distribuimos um material de subsídio para as companheiras levarem para seus municípios. Já está dando resultados:

agora também em Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, nossa bancada apresentou projeto semelhante. E com ato de rua, articulando a imprensa e buscando ganhar a sociedade para a regulamentação. Sabemos que esta regulamentação, havia sido apresentada em Porto Alegre, São Paulo, Piracicaba. E neste ano de 1994 deverá ser encaminhada não só em Campo Grande como também em Londrina, Natal, Araraquara. As companheiras que tiverem informações sobre outros lugares, nos enviem, por favor.



### MANTENDO CONTATOS

Desde o nosso Encontro Nacional já recebemos cartas de algumas entidades que participaram conosco no Rio de Janeiro. Em cada boletim publicaremos algumas delas. As companheiras que quiserem nos escrever devem fazê-lo através do endereço da *Secretaria Nacional de Mulheres do PT*.

“Nosso grupo *Bandeira Lilás* está de vento em popa. Temos trabalhado com dois textos montados e dirigidos por nós mesmas: um sobre violência e o outro sobre os direitos da mulher. Fizemos apresentações de rua e já temos convite até para ir a outros Estados. Foi muito rica a experiência de nosso encontro. Em particular aproveitamos as discussões sobre ações afirmativas, violência e as apresentações do grupo de Teatro do Oprimido.”  
*Teresa Freire. Grupo Bandeira Lilás - Natal - RN*

“Muita vida, muita força e carinho para vocês. Contem conosco no próximo ano. Este intercâmbio nos faz crescer e ganhar mais energia para lutar pelos direitos das mulheres.”

*M. Angélica Fernandes - Comitê de Mulheres de São Bernardo do Campo - SP*

### SECRETARIA NACIONAL DE MULHERES DO PT - SNMP

**Endereço:** Rua Conselheiro Nébias, 1052 - Campos Elíseos - São Paulo - SP - CEP: 01203-002

**Telefone:** (011) 223.79.99

**Fax:** (011) 222.96.69